



Anais da Assembleia

Nº 097 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1991 ANO XVII

Ato da Presidência:

S E S S A O.

LEI Nº 9.666

DATA: 14 de agosto de 1991.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal Pitanga/Mato Rico/Roncador.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal Pitanga/Mato Rico/Roncador, com extensão de 75 quilômetros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.08.91

(a) ANIBAL KHURY.

Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 074.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1991
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Frêgonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rosso ni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados, Dalton Machuca, Albino Corazza, Colombino Grassano, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Luiz Antônio Setti, Nilton César, e Ovídio Constantino (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior,

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Vinte e um Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/214/91, do Senhor Governador do Estado, o qual restituiu a esta Casa, o Projeto de Lei nº 111/91. Ao Conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 87/91

Senhor Presidente.

Tendo em vista a visita e palestra do Senhor Secretário da Ciência e Tecnologia, MAURÍCIO FRUET, ao município de Guarapuaça, o qual represento nesta Assembleia Legislativa, estarei me dirigindo àquela cidade ainda hoje.

Assim sendo, estou me justificando da ausência em plenário na sessão do dia 15 (quinta-feira).

Certo de sua atenção e compreensão, renovo a Vossa Excelência meus protestos da mais alta consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 15.08.91

(a) CÉZAR SILVESTRI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 182 do Regimen-

to Interno. REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 266/91, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUDS, e sobre a criação do Fundo Estadual de Saúde - FES, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 1961

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n° 161/91, que regulamenta o artigo 235 da Constituição Estadual (assegura aos servidores públicos a percepção do benefício do vale transporte).

Sala das Sessões, em 15.08.91

(aa) EMÍLIA BELINATI.

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES.

REQUERIMENTO N° 1971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.08.91

(a) PAULO MAIA.

REQUERIMENTO N° 1951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, votos de Congratulações pelo pleno êxito alcançado do III CONGRESSO FLORESTAL E DO MEIO AMBIENTE DO PARANÁ, realizado no dia 08 de agosto de 1991, no Auditório do Edifício Castelo Branco.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA (Governador do Estado)

OSMAR FERNANDES DIAS (Secretário da Agricultura)

JOSÉ TADEU BENTO FRANÇA (Secretário Especial para assuntos do Meio Ambiente)

IRINEU DALLA CORTE (Presidente da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais) Rua Dr. Muricy, 474 - 2° andar.

Sala das Sessões, em 15.08.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudação ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas pela passagem do 37 aniversário de seu falecimento.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família VARGAS.

Sala das Sessões, em 15.08.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

GETÚLIO VARGAS - 37 anos após sua morte, seu nome é lembrado e reverenciado até por gerações que não viveram na sua época. Portanto, é lembrado com muita emoção pelo povo brasileiro.

Toda a existência de VARGAS foi vivida sob o seio da grandeza: grandes dedicações, grandes acertos. Acima de tudo GETÚLIO VARGAS foi o conquistador, para o Brasil, do respeito e admiração internacionais. Deixando um legado que dificilmente será esquecido, que tão cedo não será imitado.

O governo de VARGAS foi marcado por intensas reformas sociais e avanços incriveis para a época, notadamente em termos de visão desenvolvimento, de nacionalismo, de valorização e amparo ao trabalhador. Pois, o trabalhador brasileiro revive com grande respeito e admiração o Presidente VARGAS, pioneiro das Leis Trabalhistas, defensor dos humildes e das classes menos favorecidas.

GETÚLIO VARGAS sempre demonstrou forte personalidade e uma formação das mais exemplares, eis que sua vida foi marcada inteira de gestos desprendidos e de grandes exemplos. Getúlio cresceu num ambiente que tempera qualquer homem.

Portanto, deve esta Casa associar-se à reverência e à lembrança neste 24 de agosto, pois que o Brasil, o povo brasileiro, anda ainda, em busca de um estadista da envergadura de Getúlio Vargas, para colocar a Nação no caminho do seu grande destino que com VARGAS começou a ser palmiado e que carece de continuidade para alcançar seus grandes objetivos e esperanças.

REQUERIMENTO N° 1955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com o intuito da liberação de materiais odontológicos para a Municipalidade de INÁCIO MARTINS.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de

materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 15.08.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, objetivando a instalação de um Posto de Serviços no Centro Social Urbano, localizado na Avenida Guaiapó, em Maringá.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Eduardo Acciette - Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

De acordo com informações recebidas através do Vereador Eduardo Acciette, que já encaminhou à Diretoria do BANESTADO a documentação que comprova a real necessidade do referido Posto de Serviços naquela localidade nos associamos à reivindicação feita, na certeza de que estaremos atendendo aos anseios da Comunidade daquela Região.

REQUERIMENTO N° 1956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, encarecendo a elevação da cota de medicamentos para a Municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

A rede de postos de saúde, tanto da sede como dos seus distritos e localidades, não vêm conseguindo atender a altura o número de pessoas que deles necessitam de auxílio médico em termos de medicamentos. Faltam diversos produtos, o que tem ocasionado transtornos incontornáveis há vários meses.

Assim sendo, urge a tomada de providências para pôr fim à presente questão, restabelecendo a imprescindível assistência à saúde pública.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente dirigido

do ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com a finalidade de reivindicar a liberação de nova cota de medicamentos para a Municipalidade de SAO JOAO DO TRIUNFO.

Se faz necessário o envio de uma nova remessa de medicamentos, tendo em vista que a cota atualmente destinada, não possibilita atender a todas as famílias carentes, que, sem condições financeiras, só podem recorrer aos postos de saúde de serviço público.

Pelos motivos expostos, aguarda-se um pronto pronunciamento por parte dessa Secretaria de Estado, tomando providências cabíveis para a solução do problema naquele progressista Município.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1958

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Secretário de Educação, Elias Abrahão, solicitando que o Governo do Estado reveja sua posição com relação a Eleição dos Diretores das Escolas da Rede Pública Estadual e, conseqüentemente, reitere do Tribunal de Justiça do Estado o Pedido de Declaração de Inconstitucionalidade da Lei 7.961, de 22.11.84, que o Governo Estadual encaminhou àquele Tribunal em abril deste ano.

REQUER, ainda seja dada ciência do presente a todas as Escolas da Rede Pública Estadual, bem como a APP-Sindicato.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA,

OVIDIO CONSTANTINO e

PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 1960

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação sugerindo-lhes pleitear do Governo Federal a concessão, no sistema de TV a Cabo, de um cabo exclusivo para uso pedagógico nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(aa) DR. ROSINHA;

ERNANI PUDELL e

OVIDIO CONSTANTINO.

JUSTIFICATIVA:

As TVs a Cabo constituem avanço tecnológico que não deve ficar restrito à uti-

lização no entretenimento, explorado pela iniciativa de uns poucos que, vislumbrando o verdadeiro filão representado pelo sistema, correm na busca de assegurar as respectivas concessões.

A utilização da TV a Cabo para fins pedagógicos na rede pública certamente representará uma inestimável contribuição à educação em nosso Estado, uma vez que, através da produção e veiculação de programas sobre temas específicos, escolas dos mais longínquos rincões poderão dispor, de imediato, de recursos modernos e adequados à nossa realidade no processo de aprendizado.

Em vista dos aspectos positivos representados pela proposta retro, contamos com sua aprovação unânime e com seu pronto acatamento de parte do Poder Executivo.

REQUERIMENTO N° 1962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor MAURÍCIO REQUIAO DE MELLO E SILVA, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Nordeste, no Município de Amaporã.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Nobuyochi Yamakawa; ao Presidente da Câmara Municipal, Ari Moraes Cruz e ao Diretor do Estabelecimento.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor MAURÍCIO REQUIAO DE MELLO E SILVA, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Olavo Bilac, no Município de Amaporã.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação

ao Prefeito Municipal, Nobuyochi Yamakawa; ao Presidente da Câmara Municipal, Ari Moraes Cruz e ao Diretor do Estabelecimento.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor MAURÍCIO REQUIAO DE MELLO E SILVA, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Rui Barbosa no Município de Itaúna do Sul.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Francisco Leite; ao Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Loureço e ao Diretor do Estabelecimento.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor MAURÍCIO REQUIAO DE MELLO E SILVA, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Machado de Assis, no Município de Itaúna do Sul.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Francisco Leite; ao Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Lourenço e ao Diretor do Estabelecimento.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Carmela Dutra, no Município de Guaraci.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Nelson Alexandre, ao Presidente da Câmara Municipal, Mauro Doguili e ao Diretor do Estabelecimento.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1969

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Luiz Renato Pedroso - Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando manifestação de apoio a indicação do Senhor Altevir Rocha de Andrade para o exercício do cargo de Escrivão da 1ª Vara Criminal da Comarca

de Maringá, nos Termos do Edital de Chamamento à remoção n. 36/91, publicado no Diário da Justiça de 08.08.91.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI, JOSÉ TAVARES, EURIDES MOURA, CARLOS SIMOES, DOMINGOS CARVALHO, PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, NILTON BARBOSA, ERONDY SILVÉRIO, SEVERINO FELIX, EDSON SILVA LINO, TOTI COLAÇO, RENATO ADUR, DURVAL AMARAL E DUÍLIO GENARI.

REQUERIMENTO N° 1970

Senhor Presidente.

O Deputado João Batista Arruda, que ao final assina o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, solicitando a destinação de uma máquina distribuidora de adubo orgânico líquido (suínos) e outra máquina distribuidora de adubo orgânico seco (aviário) para o município de Quedas do Iguaçu, com o propósito de serem repassadas à Associação Municipal de Suinocultores de Quedas do Iguaçu.

Informo, outrossim, que os equipamentos em questão serão de grande valia para todos os agricultores da Região, uma vez que o Município referido faz parte de micro-bacia. Há muito tempo os suinocultores do Município buscam recursos para a aquisição de tais equipamentos e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, atenta ao problema, saberá dar uma solução definitiva ao caso.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1959

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no disposto no artigo 55 da Constituição do Estado REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio do seguinte pedido de informações ao Secretário de Estado da Saúde;

1 - quais as entidades portadoras de declaração de Utilidade Pública que receberam, nos exercícios de 1990 e 1991, até a presente data, subvenções ou auxílios do tesouro do Estado, discriminando-se os montantes e a data dos respectivos repasses;

2 - o envio de rol das entidades cuja declaração de utilidade pública esteja em vigência perante o Cadastro Geral da Coordenação do Bem-Estar Social, constando o cumprimento ou não da exigência contida no artigo 3º da Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL e DR. ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 347/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO DO MENOR CARENTE - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora procura-se declarar de Utilidade Pública é uma entidade de direito privado que desempenha funções de caráter assistencial, sem fins lucrativos, no município de São Carlos do Ivaí.

Cabe informar, que a A.F.M.E.C. tem por finalidade principal a assistência e promoção ao menor, principalmente, os mais carentes, zelando pela sua saúde física, mental e também espiritual.

Cumprir informar, que dentro de suas atividades encontra-se uma função importante e muitas vezes esquecida pelas entidades assistenciais, que é a formação moral e religiosa da criança e pessoas em geral. Pois, esta educação, vem dar base que seu crescimento seja sadio, valorizando o menor como ser humano em formação, dando-lhe responsabilidade consciente, mostrando-lhe o caminho para um futuro promissor.

Tem também como função, o incentivo dos menores ao trabalho, dando para isto, condições, através de promoções junto a comunidade que além de angariar fundos para a associação, promovem-nos para futuras colocações no mercado de trabalho remunerado.

A uma entidade que desempenha funções básicas e importantes dentro de uma comunidade e obtendo resultados positivos desde sua instituição, nada mais justo que sua declaração como de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 348/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER REGIONAL DE MARINGÁ, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 12 de dezembro de 1983.

Entidade Civil de caráter beneficente, com sede e foro na Cidade de Maringá, com duração indeterminada, sem fins lucrativos, sem distinções políticas, religiosas ou raciais e condições sociais, e tem por finalidade a conscientização da população sobre medidas profiláticas de combate ao câncer e terapêutica para a comunidade carente.

A Instituição encontra-se em pleno funcionamento, atendendo às determinações para as quais foi criada e seu desempenho junto à Comunidade tem sido da maior relevância, razão que por si só, justificam a nossa proposição.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Deputados, solicitando a sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 349/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Planaltina do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora procura-se declarar de Utilidade Pública, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que desempenha funções de caráter assistencial, no Município de Planaltina do Paraná.

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Planaltina do Paraná, tem por objetivo geral, o atendimento da criança nas cinco áreas que interferem diretamente no seu crescimento e desenvolvimento: educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

Cabe informar, que dentro das atividades da Associação está a formação de Clubes de Mães, participação na organização da comunidade para dar acesso às famílias, assistência primária, a saúde, educando-as para hábitos de vida saudáveis. Ainda promovem condições para as famílias regularizarem sua situação legal, civil e previdenciária.

Dentro de atendimento à criança, encontram-se programas de estímulo ao aleitamento materno, mostrando seu valor nutritivo, imunológico e psicológico. Também

divulgam os meios básicos para o crescimento da criança, identificando e prevenindo deficiências físicas e mentais.

Insta salientar, algumas atividades desenvolvidas no ano de 1990, Campanhas do Agasalho, arrecadando roupas para as pessoas carentes, das novilhas e do papel; Promoções, rifas e festas para a arrecadação de fundos; distribuição de alimentos às mães e crianças carentes: entre outras.

É uma entidade com inúmeras e importantes tarefas desempenhadas com afinco e êxito, já há vários anos, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa vai proceder a verificação de votação. 21 (vinte e um) Senhores Deputados aprovam. Nenhum Deputado Rejeita.

Está APROVADA a Ata.

Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, recentemente o Governador Roberto Requião ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, postulando a revogação da Lei n° 7.961, de 21 de novembro de 1984, que estabeleceu a escolha através de sufrágio universal e secreto dos diretores das escolas estaduais do Paraná.

Argumenta basicamente o Sr. Governador do Estado que a eleição direta dos diretores de escolas dos estabelecimentos de ensino do Paraná é inconstitucional por ferir uma norma, um princípio geral de administração pública, no qual cabe ao governante indicar todos os dirigentes de empresas e de órgãos públicos. Nós apresentamos hoje um Requerimento da Bancada do PT e da Bancada do PSB, fazendo um apelo ao Governador do Estado do Paraná para que retire a arguição de inconstitucionalidade da referida Lei. Fizemos isto porque é importante recordar que as eleições diretas nas escolas estaduais do Paraná foi uma conquista da democracia; a democracia moderna que nós buscamos todos deve permitir que cada vez mais seja aperfeiçoada no sentido de assegurar aos cidadãos o exercício direto de algumas das funções públicas. Mais do que isto, a Lei n° 7.961 está inclusive amparada pelo artigo 178 da Constituição Estadual em seu Inciso 7° que estabelece como um dos princípios do ensino a gestão democrática e colegiada das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual, adotando-se sistema eletivo, direto e secreto na escolha dos dirigentes na forma da lei. Neste sentido a

lei está amplamente amparada por expressa determinação da Constituição Estadual. É preciso lembrar também que o Governador Roberto Requião foi um dos Deputados que subscreveu essa lei que trata das eleições diretas de diretores nas escolas públicas do Paraná.

Nós entendemos que neste momento retirar o poder da comunidade, dos estudantes e dos profissionais da educação de escolherem os diretores das escolas do Paraná significa um retrocesso na democracia. Neste sentido nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista Brasileiro estamos hoje fazendo um apelo ao Governador do Estado no sentido de que reveja imediatamente a sua posição, no sentido de que num gesto de humildade se dobre perante os ensinamentos da democracia e retire esta ação que tramita ora perante o Supremo Tribunal Federal. Fazemos também um apelo ao ilustre Líder da Bancada do Governo nesta Casa no sentido que transmita também, e nós esperamos que seja a manifestação deste Plenário porque estamos apresentando requerimento para ser aprovado por esta Casa, e esperamos que o seja aprovado de forma unânime e que seja não apenas uma manifestação das bancadas do PT e do PSB, mas que seja uma manifestação e um apelo de todo o Poder Legislativo do Paraná.

Volto a frisar: a lei que estabelece as eleições para diretores de escolas está amparada em expressa e literal determinação da nossa Constituição Estadual e representa, fundamentalmente, um dos grandes avanços rumo à democracia participativa que todos nós buscamos e devemos lutar para que seja cada vez mais aperfeiçoada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, no Grande Expediente não há oradores inscritos.

No Horário das Lideranças:

PMDB - (Declina),

PTB - (Declina),

PT - (Declina),

PL - (Declina),

PFL - (Declina),

PDT - (Declina).

PRN.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estou entrando na Casa hoje um requerimento para que seja encaminhado à Polícia Federal para que a Polícia Federal intervenha no caso da Fazenda Primavera, em Nova Aurora, no Oeste do Paraná, porque o que está ocorrendo lá naquela fazenda, além da invasão de área, está

ocorrendo um seqüestro. É o que nós temos visto são muitas coincidências do que está ocorrendo.

A primeira grande coincidência da invasão daquela fazenda é de que ocorreu no mesmo dia em que o caso "Ferreirinha" estava sendo julgado. E pelo que nós sabemos e os juristas desta Casa sabem é de que o seqüestro é um crime inafiançável. E pelo que nós temos notado aquele seqüestro é de interesse do Governador do Estado, porque está aqui em todos os jornais dizendo: "reféns libertados e polícia fora do caso".

É incrível o que está acontecendo no caso da Fazenda Primavera. O Governo do Estado tem um interesse fora do comum neste caso: as pessoas invadem uma área, as pessoas seqüestram, e o Governo do Estado promete ajuda aos seqüestradores. É incrível, mas é verdade, Sr. Líder Orlando Pesutti. É incrível o que está ocorrendo.

Além disso, assistimos na televisão - para nós ficarmos mais estarecidos -, um dos irmãos que invadiu aquela área disse que no domingo telefonou ao Governador, e o Governador disse que eles teriam todas as garantias e que ninguém da Polícia faria nada a essas pessoas.

Mais estranho ainda é de que se sabe o nome da família que invadiu aquela fazenda, mas que a família está encapuzada, está com um negócio no rosto. Eu pediria a vocês: se vocês sabem quem invadiu (está se dizendo o nome das pessoas que invadiram aquela área), por que é que as pessoas esconderam o rosto? Eu pergunto aos Srs. Deputados. É por isso que eu peço a intervenção da Polícia Federal neste caso para ver se atrás deste capuz não têm funcionários do Palácio Iguazu ou da própria Polícia do Paraná, porque o interesse que nós temos notado neste caso é muito grande, primeiro para se encobrir a verdade sobre o caso "Ferreirinha", aonde a maior farsa eleitoral foi montado neste Estado; segundo, as pessoas invadem a área, seqüestram crianças sob a mira das espingardas que eles tinham e depois vem aqui o irmão do Governador, numa outra parte do jornal e diz que conversou com um dos irmãos, o Lauri Bállico. o senhor Mauricio Requião, irmão do Governador Requião e pediu para que soltassem os reféns e aí retiraram a polícia do caso. Meus companheiros, Senhores Deputados, realmente fica difícil. Outro dia, manifestei-me aqui, apoiando o Governador do Estado na atitude de Londrina. Quero dizer aos Senhores que o tratamento que foi dado a Londrina, ninguém conversou com telefone, nem com o Governador, nem muito menos, com o irmão do Governador e lá não tinha ninguém encapuzado, lá não tinha ninguém escondendo o rosto e escondendo a verdade.

Quero aqui pedir apoio ao meu requerimento para que a Polícia Federal novamente intervenha nesse caso, porque quem teve a coragem de montar o "caso Ferreirinha", tem a coragem de ter mandado aqueles encapuzados, serem mandados do Governador, da Polícia e de quem quer que seja interessado em fazer com que a família Martinez pague por este caso.

Hoje mesmo vimos na televisão, na Rede Globo o proprietário daquela fazenda dizendo que a questão era com ele e que a família Martinez não tinha nada, mas o interesse do Governador é novamente desviar as atenções.

Se nós não temos medo da verdade, se nós não temos medo da realidade, eu peço o apoio para este caso e para que a Polícia Federal intervenha, porque quando se retira a polícia de um caso como esse, de um caso de seqüestro, aí fica a dúvida deste parlamentar de como é que está sendo feita esta ação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para colocar aqui a sua reflexão e da Casa, o que nós, do PMDB, pensamos a respeito do assunto. Nós somos Deputados Estaduais e temos uma Constituição que nós juramos defender e cumprir e dentro dessa Constituição tem um capítulo à segurança pública e diz que compõem a Segurança Pública do Estado do Paraná as Polícias Civil e Militar. O Governador é o chefe dessas duas Polícias e diz quais são as suas atribuições. Define claramente o que é que compete à Polícia Civil e a Policial Militar e nesse caso específico, que Vossa Excelência trata com muita propriedade nessa hora, é um caso restrito de competência das suas Polícias. O caso está nas mãos da Justiça do Estado, evidentemente podendo ontem, hoje ou amanhã, ser analisada em grau de recurso, pelos Tribunais Superiores, mas a iniciativa da análise jurisdicional da questão, é no Estado do Paraná, tendo como origem, a Comarca onde está situado o imóvel.

E as polícias que têm competência legal, constitucional para tratar da questão, são as polícias que estão tratando: a Civil e a Militar.

Por isso é que fica difícil para nós, Deputados estaduais e aqui não vai nenhum interesse político partidário, não há nenhuma razão partidária para nós nos posicionarmos dessa forma, porque o que quer Vossa Excelência, é o que nós também queremos, a solução do conflito, é deixar, no âmbito das Polícias estaduais, a competência para, sob a coordenação e comando do Governador, buscarmos uma solução para esse problema. Por isso nós gostaríamos

mos de deixar bem clara a nossa posição e pedir a Vossa Excelência que compreenda essa nossa posição, porque não se justifica, no caso, a intervenção da Polícia Federal. Não é caso de se buscar na Polícia Federal a sua participação. Se nós fizermos isso, estaríamos abrindo aqui um grande precedente e ao mesmo tempo, ignorando as polícias do nosso Estado que têm definição constitucional com base em uma lei que nós votamos aqui.

Por estas razões que queríamos deixar aqui as nossas preocupações a Vossa Excelência, para sua reflexão, como uma posição, a princípio, contrária de nossa Bancada ao requerimento de Vossa Excelência. Não há nada de pessoal, nada de partidário. É apenas um enfoque que damos à questão, porque as Polícias do Estado já estão dando o atendimento, as providências cabíveis ...

O SR. VALDIR ROSSONI - Mas Vossa Excelência deve concordar comigo que ontem o Delegado de Nova Aurora que está tratando do caso está julgando o caso. Falou ontem, nos meios de comunicação do Estado, que as pessoas que seqüestraram os cidadãos lá não serão presos. É de se estranhar que em um caso como este eles poderiam ter invadido a área e não precisavam ter seqüestrado. Isso também diz a lei, Deputado Tavares.

O Sr. José Tavares - Permita-me, Deputado. Asseguro a Vossa Excelência

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Horário da Liderança do PRN já está esgotado. Para concluir, Deputado.

O Sr. José Tavares - Eu asseguro rapidamente a Vossa Excelência que o Governo do Estado vai cumprir a lei à risca, é o mínimo que um Governo tem que fazer. Não cabe a um Delegado dizer na televisão se vai ou não vai

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu gostaria de terminar o meu tempo, desculpe-me, e dizer ao Senhor que gostaria da interferência da Polícia Federal porque não tem interesse nenhum, ela é imparcial. E nós do PRN duvidamos a imparcialidade da Polícia do Paraná. E nós do PRN duvidamos da imparcialidade da Polícia do Paraná. Porque quando vemos aqueles marginais que invadiram aquela área sendo tratados da forma como estão sendo tratados pelo irmão do Governador, quando vemos o Delegado de Polícia praticamente sendo o advogado de defesa daqueles cidadãos, peço ao Senhor: se um caso de seqüestro se trata desta maneira, por que se tratou desta forma o caso de Londrina?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Liderança do PSDB.

(Declina).

Liderança do PSB.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu até pediria ao Líder do PRN, Deputado Valdir Rossoni, devido a exeguidade de tempo não pude pedir um aparte a Vossa Excelência, mas gostaria de me posicionar a respeito deste episódio da Fazenda de Nova Aurora. Combatemos aqui desta tribuna quando o Governo do Estado violentamente atingiu famílias no município de Tamarana, no Distrito de Lerrovile há poucos dias. Nós combatemos aquela forma violenta quando, violentamente, o Governo desrespeitou famílias e atingiu violentamente, nós não discutíamos o mérito da invasão; mas sim o da violência. Temos certeza que agindo como está agindo, creio que fomos críticos nesta tribuna e não podemos neste momento ser... ao Governo do Estado que acho vem agindo de forma prudente. Porque se fosse agir de forma violenta, obviamente, o Paraná seria manchado por sangue naquela região, por uma decisão que o Judiciário já devia ter tomado há 23 anos passados. Então não pode neste momento haver violência. Uma invasão impensada, que traria consequências desagradáveis ao Paraná. Eu acho que neste momento quando o Governo do Estado procura o diálogo nesta questão, creio, ganha o Paraná, ganhamos todos nós, porque não é o derramamento de sangue e não é a forma truculenta que vai fazer com que a paz possa ser retomada naquela região de Nova Aurora.

O Sr. Rossoni - Deputado, eu também não quero derramamento de sangue. Mas é de se estranhar a maneira com que vem sendo tratado o caso. E, ainda mais, você vê as pessoas lá nesta área que foram os seqüestradores; nós não estamos nem discutindo a invasão da área, estamos discutindo o seqüestro.

Vejam o seguinte, eles estão todos encapuzados, amanhã ou depois, termina este caso, e nós não vamos saber quem são as pessoas que estão escondidas atrás daqueles capuzes.

O SR. PAULO MAIA - Eu acredito que as famílias, o Paraná já está sabendo. Os reféns foram libertados e uma saída pacífica nesse momento é o que interessa, eu creio em todo o Paraná.

Senhor Presidente ...

O Sr. José Tavares (Aparte - É o seguinte Deputado, nós entendemos, da mesma ma-

neira com que Vossa Excelência entende. O Líder Rossoni, ele quer a interveniência da Polícia Federal para quê? Porque a Polícia Federal, segundo ele, é uma Polícia que está fora do controle direto do Estado, e conseqüentemente, imune de qualquer tipo de pressão.

Eu concordo em parte com o raciocínio de Vossa Excelência, mas por outro lado, a Polícia Federal só em caso de sua intervenção, ela só iria agir no caso, da mesma maneira que a Polícia Civil está agindo, ou seja, investigando, procurando esclarecer os fatos, informar a Justiça através do Ministério Público o que de concreto está acontecendo ali naquela região.

Portanto, eu acho absolutamente dispensável a interveniência da Polícia Federal no caso, não é da sua competência o que iria fazer, o que a Polícia Civil já está fazendo, não é uma simples declaração de um Delegado que vai pôr em risco toda uma análise, uma avaliação de um caso.

Portanto, eu acho que Vossa Excelência está absolutamente correto, quando coloca que a forma equilibrada como o caso está sendo conduzido, é a melhor forma para o Estado do Paraná.

Nós não estamos tomando partido nessa hora, não estamos ao lado de quem invadiu a propriedade, e muito menos ao lado de quem teria tomado a propriedade dos invasores. Eu não conheço profundamente a questão. Agora em cima do fato concreto eu posso dizer que o Paraná o Governo do Estado, a Secretaria de Segurança Pública, está agindo corretamente, daí a razão de nós não entendermos a necessidade de se buscar na Polícia Federal a sua participação para o esclarecimento desse caso.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós vemos a cada instante estampado na imprensa do Paraná e na imprensa brasileira os salários pagos a Parlamentares, nos diferentes Estados desse País, como também nas Câmaras Municipais, no Congresso Nacional.

Nós temos hoje um quadro comparativo e sabemos o quanto tem sido explorada a Assembléia Legislativa, por aquilo que ganham os Deputados Estaduais do Paraná e isso é feito freqüentemente toda vez que há qualquer tipo de reajuste a nível de salários desses Parlamentares.

Mas eu não vejo, com a mesma veemência, com a mesma garra, com a mesma vontade de por ali... porque eu não quero aqui defender o que ganha o Parlamentar, porque eu acho em relação a 90% do povo que ganha o salário mínimo, obviamente se comparado, se tem os absurdos nesta Casa.

Mas eu acredito que a imprensa brasileira tem que tomar conhecimento de fatos,

que não atingem apenas o Poder Executivo e o Poder Legislativo, atingem também o Poder Judiciário, quando neste momento, este País vive o despertar, vive jogado aí aos quatro cantos, esta situação do INSS e nós estamos vendo que os grandes responsáveis não em sua totalidade, os grandes responsáveis estão a nível de Judiciário. Quando nós vemos estampado hoje, nós estamos vendo na Revista "Isto É Senhor", vemos estampado esta manchete, "Falsa Querela - briga de Tribunais no Rio, pode livrar Juiz preso por fraude de 6,6 bilhões de cruzeiros".

Nós não estamos vendo, e não vimos ainda, serem ocupadas as primeiras páginas, de manchetes dos nossos órgãos de divulgação, para cobrar uma responsabilidade com relação a estes valores que ferem o dinheiro público, que representam muitos salários de parlamentares em todos os níveis deste País.

E é uma explicação que se deve pela má qualidade de atendimento, pela má qualidade da saúde que tem o povo brasileiro quando se depara com o fato de que a saúde não existe, porque a "roubalheira" está à solta, a pouca vergonha toma conta dos órgãos públicos deste País.

No INSS é esta a realidade. E nós acreditamos que neste momento em que se cobram salários de parlamentares e se pedem explicações, nós temos que fazer com que neste País se soe em voz única para que os responsáveis pelo roubo do dinheiro público, pela malversação da coisa pública, respondam e tenham a prisão, também, decretada e não se faça este tipo de manchete, apenas, que está aqui; fazendo com que o povo, que já não acredita em mais nada, também passe a desacreditar no Poder Judiciário.

Nós acreditamos que fatos como estes representam muito mais do que o que se tem denunciado. Fatos como este são lamentáveis. Nós estamos ouvindo dizer que os responsáveis serão presos. Vemos, em seguida, manchetes desta natureza, de um sistema de briga de tribunais para tentar acobertar uma vergonha como esta, que acontece a nível de INSS.

Por isso, nós conclamamos ao Paraná, à imprensa do Paraná e à imprensa brasileira para falar a verdade para jogar esta realidade e mostrar ao povo brasileiro que de fato a grande crise que ainda há nesse País é a crise moral, é a crise de vergonha na cara, é o respeito àquilo que ao povo pertence.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 87/91, subscrito pelo Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, justificando sua ausência em sessão plenária do dia 15 do corrente mês, em virtude da visita do Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia, ao Município de Guarapuava, o qual representa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em número de dois, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 116/91, que autoriza o Poder Executivo a incentivar a criação de 10 escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades-pólos da Região Noroeste do Estado. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 30, de 08.04.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 128/91, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 31, de 09.04.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 129/91, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 31, de 09.04.91).

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que interliga Castro a Cerro Azul, passando pelo Distrito de Socavão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 218/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. JARBAS JOSÉ DE CASTRO ANTUNES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 63, de 04.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 218/91

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei que visa conceder Título de Cidadania Honorária ao Sr. Jarbas José de Castro Antunes.

O projeto, bem justificado, presta merecida homenagem ao ilustre paranista, advogado respeitável e fidelíssimo defensor dos direitos dos menos favorecidos.

Analizada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a lei n° 5638, de 13 de outubro de 1967, que dispõe sobre as condições para a concessão de benemerência ou cidadania honorária.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa, encontrando-se em condições para a consideração do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 241/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ILHA BELA, de Curitiba-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 241/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Ilha Bela, com sede e foro nesta Capital.

Examinando o projeto de lei em tela, verificamos que a documentação que o instrui, atende perfeitamente as exigências da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao nosso Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO EUCLIPOTOS I e V, de Curitiba-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 242/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Euclíptos I e V, com sede e foro nesta Capital.

Examinando o projeto de lei em tela, verificamos que a documentação que o instrui, atende perfeitamente as exigências da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao nosso Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL ARMINDA GRASSI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 245/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 245/91, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, visa declarar de Utilidade Pública o Centro Social Arminda Grassi, com sede e foro nesta Capital.

Da análise proferida, constatamos que o presente plano de lei, encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto qualquer óbice tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das razões acima expostas, a justificativa do autor e o constante no relatório de atividades da entidade, nos convence plenamente da sua oportunidade, razão pelas quais emitimos o nosso parecer favorável, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Antes, porém, esta Presidência lembra aos Srs. Parlamentares que hoje haverá uma Sessão Solene para a entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor José

Pimentel de Carvalho, no horário das 19 horas, na sede central da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, na rua Senador Xavier da Silva, 427, esquina com a Avenida Cândido de Abreu, no Centro Cívico.

Também esta Presidência faz neste momento uma convocação para os Srs. Parlamentares. No próximo domingo teremos em Curitiba uma apresentação da Seleção Brasileira de Masters, que vai enfrentar a equipe do MALUTRON, e este é um jogo benéfico, em favor do PROVOPAR paranaense. Os Srs. Parlamentares devem saber que os Deputados farão a partida preliminar, marcada para 8:30 horas, e todos deverão levar dois quilos de alimentos.

É a convocação que esta Presidência faz aos Parlamentares que ficarem em Curitiba, já convocados pelo técnico Heinz Herwig. A escalação da equipe ele só vai dar momentos antes da partida para não alertar o adversário.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1971 e 1952, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1961, de autoria dos Srs. Deputados Emília Belinati e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1970, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1951, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1953, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1955 a 1957, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1958, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1960, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1972, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1962 a 1966, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Aprovados. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de n° 1969, de autoria dos Srs. Deputados João Preis, Orlando Pessuti, José Tavares e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1959, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell e Dr. Rossinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para formalizar um comunicado à Mesa e a este Poder Legislativo que estaremos na semana que vem, nos dias 19 e 20, ausentes das sessões plenárias, tendo em vista que fomos designados juntamente com outras pessoas do Paraná integrarmos uma comitiva que irá participar do Congresso Mundial de Medicina Veterinária.

Neste sentido, Sr. Presidente, comunicamos à Mesa que a liderança do Governo e da Bancada do PMDB estará a cargo dos Deputados José Tavares, Renato Adur e José Durval.

Peço que, desta forma, fique justificada a nossa ausência nessas duas oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Assembléia sente-se honrada com sua presença. Temos certeza absoluta que o Paraná estará bem representado, além do que Vossa Excelência terá um descanso nesses dias, para recuperar sua potente garganta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e convoco os Srs. Deputados para a sessão solene de outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Pastor José Pimentel de Carvalho, a realizar-se às 19:00 horas de hoje, na Sede Central da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Marca, ainda, uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 218, 241, 242 e 245/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

- 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA

ATA DA 6.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca de Macedo. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata de reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final aos seguintes projetos de lei: n° 116/91, de autoria do Deputado João Preis, e 128/91 e 129/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Presidente

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- 12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 131/91 de autoria do Senhor Deputado Nilton César Servo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 155/91 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 157/91 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 161/91 de autoria dos Senhores Deputados Plauto Guimarães/Emília Belinati. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 171/91 de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 172/91 de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 187/91 de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin. Relator De-

putado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 195/91 de autoria do Senhor Deputado José Tavares. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 198/91 de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo. 10) Projeto de Lei n° 200/91 de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 227/91 de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 228/91 de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 253/91 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO

Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 6.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de hum mil, novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Senhor Deputado Severino Félix e com a presença dos Senhores Deputados Arlindo Troian, João Preis, Antonio Costenaro, Albino Corazza e

Toti Colaço, membros da Comissão, além da participação dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Ovidio Constantino. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato dos Projetos de Lei n°s 283/91 e 246/91. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado João Preis que apresente o seu Parecer ao Projeto de Lei n° 283/91. Parecer: Favorável, colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Pela ordem, o Senhor Presidente solicita ao Deputado Antonio Costenaro que apresente seu Parecer ao Projeto de Lei n° 246/91. Parecer: Favorável, com as emendas anexas de autoria do Deputado Severino Félix e outros e dos Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Ernani Pudell, no que se refere ao art. 32 parágrafo único e a inclusão no Capítulo X do art. 37, renumerando-se os demais conforme justificativas em anexo. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os Senhores Deputados presentes, todos ressaltando a importância na aprovação do Projeto de Lei em tela, após as manifestações dos presentes, foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Usando da palavra o Senhor Deputado Albino Corazza informa a presença da delegação de Toledo todos ligados a Associação Paranaense de Criadores de Suínos, inclusive seu Presidente Sr. Henrique Nezel. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

RUBENS BREMER

Secretário